



“POLÍTICA DE ESQUECIMENTO” E O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Leila Maria Prates Teixeira Mussi¹, Cláudio Félix dos Santos²

Resumo

A ausência de uma política de transição da ditadura à democracia no Brasil implicou uma espécie de “política de esquecimento” do período. Uma pesquisa do Instituto Genial *Quaest* de novembro de 2021, informa que 63% dos brasileiros consideram a democracia melhor do que a ditadura. Todavia, para 19% dos 2.063 entrevistados, tanto faz democracia ou ditadura e 6% preferem a ditadura. Nesse trabalho desenvolvemos a ideia de que ao não ter sido realizada uma política de memória histórica em relação ao período ditatorial no Brasil (1964-1985) não se promoveu o debate público e o desenvolvimento de uma leitura crítica dele, o que contribuiu para a defesa incisiva ou imparcialidade diante de formas autoritárias de governo por parte de uma parcela considerável de brasileiros. Nossa hipótese é que nas escolas o tema da ditadura militar não recebeu, nem vem recebendo, a atenção e discussões necessárias, o que pode ter sido um dos componentes dessa “política de esquecimento” que, de algum modo, contribuiu para a eleição, em 2018, de um presidente defensor da ditadura civil-militar. Nossa pesquisa está em sua fase inicial. Nesse momento apresentaremos o que consideramos “política de esquecimento” e suas implicações para o ensino de história e a produção da memória sobre o período.

Palavras-chave: Ensino de história, política de esquecimento, memória, ditadura militar, educação.

Na condição de historiadores é necessário fazermos uma *mea-culpa* diante de todos aqueles que sofreram os horrores da ditadura militar brasileira, direta ou indiretamente, sendo

¹Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade / UESB/CAPES/Brasil; e-mail: lmprates@hotmail.com

²Doutor em Educação – UFBA/CAPES/Brasil; Professor titular da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB/Brasil; cefsantos8@gmail.com



assassinados, perseguidos, presos ou privados do direito de ter ao seu lado pessoas queridas. Assusta-nos ligar o noticiário, conversar com amigos e familiares ou navegar na internet e nos depararmos com uma enxurrada de propagandas, e/ou imagens, em prol do retorno do regime militar. A ditadura militar brasileira não foi um “mar de rosas” como alguns desejam vender. Para centenas de milhares de cidadãos aquele período representou temor constante dos excessos das forças policiais, censura, tortura, suor e sangue.

Uma pesquisa do Instituto Genial *Quaest* de novembro de 2021³, informou que 63% dos brasileiros consideram a democracia melhor do que a ditadura. Todavia, para 19% dos 2.063 entrevistados, tanto faz democracia ou ditadura e 6% preferem a ditadura.

Para entendermos todos esses acontecimentos é importante que façamos reflexões que perpassam desde questões referentes as classes sociais, educação e a utilização da memória e história como instrumentos de poder.

Quando partimos para as discussões educacionais, publicações na área do ensino de história têm observado que debates importantes travados desde os anos 1980, aproximadamente, na história e nas ciências sociais muitas vezes ficam de fora das escolas⁴. Muito disso se deu devido aos acontecimentos históricos que ocorreram nas últimas décadas do século XX, acontecimentos tidos como controversos.

Nesse trabalho desenvolvemos a ideia de que ao não ter sido realizada uma política de memória histórica em relação ao período ditatorial no Brasil (1964-1985) não se promoveu o debate público e o desenvolvimento de uma leitura crítica dele, o que contribuiu para a defesa incisiva ou imparcialidade diante de formas autoritárias de governo por parte de uma parcela considerável de brasileiros. Nossa hipótese é que nas escolas o tema da ditadura militar não recebeu, nem vem recebendo, a atenção e discussões necessárias, o que pode ter sido um dos componentes dessa “política de esquecimento” que, de algum modo, contribuiu para a eleição, em 2018, de um presidente defensor da ditadura civil-militar. Nossa pesquisa está em sua fase

³ PODER 360. “Pesquisa mostra que apenas 6% dos brasileiros preferem ditadura à democracia”. *Poder360*. 16 de novembro 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/61-dizem-que-vida-e-melhor-na-democracia-diz-pesquisa> Acesso: abril de 2022

⁴ Verena ALBERTI. “História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos”. IN. Samantha QUADRAT; Denise ROLLEMBERG (orgs). *História e memória das ditaduras do século XX* – volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 283-300.



inicial. Nesse texto objetivamos apresentar o que consideramos “política de esquecimento” e suas implicações para o ensino de história e a produção da memória sobre o período.

Metodologicamente indica-se que a presente investigação apresenta abordagem qualitativa⁵ do tipo ensaio teórico⁶. Destarte, a partir da definição do tema foi realizada busca de referências bibliográficas e artigos publicados em periódicos acadêmicos para o desenvolvimento da discussão.

Estudantes e cidadãos(ãos) em geral estão expostos a toda sorte de influências quando se trata de refletir sobre os significados da história. Alberti⁷ afirma que fazem parte desse terreno “as narrativas padrão da história nacional e as muitas vezes conflitantes memórias coletivas, as quais tampouco estão imunes a um enquadramento mítico que conclama a uma adesão emotiva”. No entanto, é importante ressaltar que entre esses extremos podem ser identificadas uma multiplicidade de intensidades e nuances nas composições narrativas.

Sendo assim, o Estado, através de suas políticas públicas, se preocupa e se dedica a composição da história oficial que será contada (ou imposta!), valorizando ou esquecendo questões, conforme a ideologia vigente. Esses comportamentos podem ser mais bem percebidos a partir dos escritos de Halbwachs⁸ ao afirmar que a memória não está separada de seus condicionamentos sociais. Os quadros sociais são fundamentais para um entendimento da memória individual em um meio que expressa uma coletividade visto que os condicionamentos sociais são constituídos por uma ideologia de poder e, portanto, supostamente, alcança a maioria da sociedade a partir dessa apreensão.

No que concerne às diversas composições históricas, a brasileira não escapa de equívocos recorrentes, uma vez que ela se apresenta repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos como também são feitos da correlação de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais⁹. Reforçando um apego a uma história mítica que não condiz com a realidade do país.

⁵ Ricardo MUSSI, *et al.* “Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades”. *Revista Sustinere*, v.7, n.2, p.414 - 430, 2020

⁶ Sandro SOARES; Icaro PICOLLI; Jacir CASAGRANDE. “Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade”. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v.19, n.2, p.1-19,2018.

⁷ Verena ALBERTI. “História e memória...” pp. 284

⁸ Maurice HALBWACHS. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2009.

⁹ Lilian Moritz SCHWARCZ. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.



Mais ainda, é importante a informação que os governos procuram usar essa história para seu favorecimento político e econômico, atuando, mesmo que de maneira discreta, no reforço ou negação de determinadas questões. No entanto, gestões de viés autoritárias costumam “criar” sua própria história, recorrendo a abordagem mítica, sem preocupação com o concreto, com o único intuito de confirmar/impor sua única perspectiva. Neste sentido, como indicado por Freire¹⁰, “o erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele”.

Aqui se faz necessário mencionar o importante papel que alguns teóricos da memória desempenharam para que ocorresse uma mudança nessa perspectiva positivista de perceber a História. Halbwachs¹¹ declarou, não apenas a seletividade da memória, mas um processo de "negociação" para conciliar memórias coletiva e individual. A Memória Histórica, conjuntamente com o seu Tempo, seria constantemente reconstruída ou reatualizada pela coletividade. Esse tempo cronológico, contudo, não é vivenciado pelo indivíduo senão como um dado exterior e para o sociólogo, “os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si”¹².

As conclusões de Halbwachs tendem a se confrontar contra as tentativas e possibilidades de se falar em uma Memória Histórica, embora reforcem e ofereçam gradual apoio à constituição de um conceito de Memória Coletiva. Até porque, “A história não é todo o passado e não é tudo o que resta do passado. [...] ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo”¹³.

O entendimento de Halbwachs¹⁴ sobre a História era condizente aquela época. A historiografia era restrita a um estudo de um passado sempre distante e como uma “compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”.

¹⁰ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 23^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp 16

¹¹ Maurice HALBWACHS. *A memória coletiva...*

¹² *Ibid.* pp 75

¹³ *Ibid.* pp 86

¹⁴ *Ibid.* pp 100



É relevante situar as distinções entre História e Memória. Enquanto a História analisa os grupos de fora, a Memória analisa de dentro dos grupos. A História pode unificar as histórias particulares, por assim dizer, em uma história mais ampla. A Memória Coletiva, ao contrário, é produzida a partir de uma visão de dentro do grupo. É oportuno dizer que as mudanças historiográficas surgidas a partir da segunda metade do século XX, tornaram possíveis examinar histórias de dentro dos grupos. “Esses elementos viabilizam um diálogo ainda mais intenso na História com a Memória Coletiva, utilizada agora não mais apenas como fonte, mas também como meio de expressão, como conjunto de vozes sociais a serem retomadas”¹⁵.

Toda forma de pensamento histórico se faz presente na cultura histórica e na memória dos lugares e/ou pessoas. Então, cabem interpretações das narrativas históricas disponíveis, porque o eventual objetivo é justamente qual identidade histórica será construída/mantida, “pois toda maneira de pensar e narrar historicamente inclui ofertas educacionais históricas para o presente e futuro, como projetos de identidade consistente”¹⁶.

Mas, mesmo diante da variação nas perspectivas das teorias da memória e historiográfica é importante um cuidado para não assumir um posicionamento ingênuo sobre a “liberdade” de escolhas. De acordo com Marx¹⁷ as pessoas “fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”.

Partindo do pressuposto básico de que a consciência histórica e sua relação com o ensino e a aprendizagem do passado em sua relação com questões presentes são inerentes ao ato educativo é comum questionarmos como o Ensino de História agiu na elaboração de uma consciência e memória histórica da ditadura militar no Brasil.

Apesar da discussão acerca da legitimidade da ação do historiador sobre a História do Tempo Presente já ter sido superada, as críticas sempre retornam quando o que está em questão é o passado recente que envolve as experiências ditatoriais na América Latina. As críticas são sempre as mesmas: “falta objetividade, sobram paixão e interesse pessoal”. Gasparotto e

¹⁵ José D’Assunção BARROS. “História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *Mouseion*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. p. 35-67. pp. 50

¹⁶ Estevão C. de Rezende MARTINS. “História, historiografia e pesquisa em educação histórica”. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr. 2019. pp. 23

¹⁷ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp 25



Pedrós¹⁸ afirmam que essas críticas estão muitas vezes associadas ao senso comum, que estimulado por interesses escusos, associa a opção por trabalhar com conteúdo inserido nesse recorte temporal como sinônimo de subjetividade, militância política e manipulação da opinião dos alunos.

Tratar de temas relativos às ditaduras de Segurança Nacional em sala de aula é um desafio permanente nos países latinos e no caso específico do Brasil, a situação é ainda mais desafiadora. As dificuldades passam por problemas pedagógicos, falta de interesse ou qualificação docente, inexistência de políticas públicas de valorização da memória, deficiência de materiais de apoio qualificado ou o pouco diálogo entre a academia e o espaço escolar para explicar a abordagem secundária desta temática em sala de aula.

A problemática da História Recente se vincula a uma outra questão: “a tensão entre o lembrar e o esquecer”. “No caso das ditaduras do Cone Sul, a questão do esquecimento relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória “de cima para baixo”¹⁹.

Contudo, esse esquecimento induzido é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum. O silenciamento quanto a determinados conteúdos de História pode ser bastante prejudicial, afinal, um dos maiores perigos que corre os professores e seus alunos é travar diante das barbaridades de terríveis acontecimentos históricos, como tortura, assassinatos, sem avançar numa reflexão a respeito. “O passado recente pode ser incômodo, problemático e fonte de mal-estar. Porém, quanto mais se demorar em encará-lo de frente, mais fantasmagórico ou banalizado ele pode se tornar”²⁰ e é justamente essa banalização que estamos enfrentando com tantos apoiadores ao retorno dos militares ao poder absoluto.

Com relação ao esquecimento Paul Ricœur²¹ afirmou que ele pode acontecer a partir do apagamento dos rastros ou mesmo quando eles persistem, mas os ignoramos. Ainda segundo o

¹⁸ Alessandra GASPAROTTO; Enrique PADRÓS. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. IN. Vera Lúcia BARROSO; N. PEREIRA; Maria A BERGAMASCHI; Sirlei GEDOZ; Enrique. PADRÓS(Org.). *Ensino de História - Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010, p. 183-201

¹⁹ *Ibid.*, pp. 192

²⁰ *Ibid.*, pp. 200

²¹ Paul RICŒUR. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. - Campinas: Editora da Unicamp, 2007



mesmo autor, o ato de esquecer é uma etapa essencial no processo de compreensão da realidade e na tentativa de seguir em frente. Contudo, experiências traumáticas como a ditadura militar jamais devem ser esquecidas ou mesmo os seus algozes perdoados.

Para muitos que foram perseguidos ou tiveram os seus entes roubados, a dor é uma sensação constante que as recordações traumáticas não as permitem esquecer jamais. Ricœur²² falava também de uma memória falseada, manipulada e em muitos casos enganosa. A pesquisa mencionada no início desse texto e as muitas manifestações de apoio ao retorno de uma ditadura, nos permite avançar nesse assunto, na medida em que nos fornece os elementos sociais essenciais para vermos até que ponto foi sendo construída uma mística de que os tempos da ditadura eram bons porque só quem sofriam eram os bandidos e inimigos do Brasil. Nesse processo, os comunistas tornaram-se alvos fáceis da ralé que ascendia ao poder.

Hannah Arendt afirmou certa vez que existem distinções intransponíveis entre o povo e a ralé, isso porque “a ralé é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais”²³. Só que, o povo, almeja apenas um regime de governo que lhe seja justo e o restitua a dignidade humana, por isso as microrresistências dentro de qualquer sistema democrático serão sempre legítimas. Contudo, a ralé é mentalmente fraca, identitariamente perdida e completamente estúpida. Por isso, “enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada pelo ‘homem forte’, pelo ‘grande líder’. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada”²⁴.

Na História recente do país, meados de 2015, vimos o ódio ganhar as ruas, mas não apenas contra o comunismo, mas também contra o Partido do Trabalhadores (PT), travestido com a mesma retórica que abalou e ruiu as estruturas democráticas em 1964, “a família, Deus e a nação”, cujos resultados foram anos de um regime perverso, corrupto e sanguinolento.

²² *Ibid.*

²³ Hannah ARENDT. (1949). *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 129

²⁴ *Ibid.*, pp.129



O povo ainda não percebeu que o nosso inimigo maior está no poder. A milícia dominou tudo. Aparelhou o Congresso Nacional. Na cadeira da presidência da República assentamos a ralé da ralé, filho renegado das próprias forças armadas que tanto venera.

Sabemos que os próximos capítulos dessa grande epopeia não serão fáceis. O ódio generalizado ao PT legou a História do Brasil, em pleno regime democrático, um déspota, conservador, apologista de torturador, e tudo mais que é característico de um típico “cidadão de bem” pertencente a mais alta casta da ralé.

O dilema está posto, ou seja, não permitir que o esquecimento nos arraste novamente para um regime autoritário, injusto e cruel.